

# Ferrovias Norte Sul

Uma empresa



**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2017 e 2016**

## Índice

<b>1 - Relatório da administração</b>	<b>- 3 -</b>
<b>2 - Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>- 6 -</b>
<b>3- Demonstrações Financeiras</b>	<b>- 10 -</b>
3.1 - Balanço patrimonial	- 10 -
3.2 – Demonstração do resultado	- 11 -
3.3 - Demonstração do resultado abrangente	- 12 -
3.4 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido	- 13 -
3.5 – Demonstração dos fluxos de caixa	- 14 -
3.6 - Demonstração do valor adicionado	- 15 -
<b>4 - Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras</b>	<b>- 16 -</b>
4.1 - Contexto operacional	- 16 -
4.2 - Base de preparação das demonstrações financeiras	- 16 -
4.3 - Principais políticas contábeis	- 21 -
4.4 - Caixa e equivalentes de caixa	- 26 -
4.5 - Contas a receber	- 27 -
4.6 - Partes relacionadas	- 28 -
4.7 – Estoques	- 29 -
4.8 - Tributos antecipados sobre o lucro e tributos a recuperar	- 29 -
4.9 - Depósitos judiciais e provisão para processos judiciais	- 29 -
4.10 – Despesas pagas antecipadamente, incentivos fiscais - reinvestimento e demais ativos	- 30 -
4.11 - Imobilizado	- 30 -
4.12 - Intangível	- 32 -
4.13 - Fornecedores e Contas a pagar	- 33 -
4.14 – Tributos a recolher e tributos a recolher sobre o lucro	- 34 -
4.15 – Obrigações sociais e trabalhistas	- 34 -
4.16 - Dividendos propostos	- 34 -
4.17 – Antecipações de clientes e demais passivos	- 35 -
4.18 – Subconcessão a pagar	- 35 -
4.19 - Patrimônio líquido	- 36 -
4.20 - Receita líquida dos serviços prestados	- 37 -
4.21 - Custo dos serviços prestados	- 37 -
4.22 - Receitas (despesas) operacionais	- 38 -
4.23 - Resultado financeiro	- 39 -
4.24 – Imposto de renda e contribuição social	- 39 -
4.25 - Informações por segmento de negócios	- 40 -
4.26 - Coberturas de seguros	- 41 -
4.27 - Benefícios a empregados	- 41 -
4.28 - Gestão de riscos financeiros	- 43 -
<b>5 - Declaração de revisão das Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes pelos Diretores</b>	<b>- 47 -</b>
<b>6 - Administração - Conselheiros e Diretores</b>	<b>- 48 -</b>

## **1 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

### **Mensagem do Presidente**

O ano de 2017 foi um ano de expansão para a Ferrovia Norte Sul S.A. Impulsionado pelo resultado da Agricultura, o volume transportado foi 60% maior que o ano anterior totalizando 7.395 milhões de TKU no período.

Como consequência desse cenário, tivemos um EBITDA de R\$ 384 milhões, 39% maior que o ano anterior.

Com o objetivo de aumentar sua capacidade operacional, foram investidos na FNS quase R\$ 189 milhões para renovação e modernização dos ativos operacionais (via permanente e material rodante) e ampliação da capacidade produtiva. Assim como no ano anterior, em 2017 destacam-se os projetos expansão de pátios de cruzamento, novos postos de abastecimento e oficina de vagões e locomotivas.

Para 2018, novos projetos estão planejados voltados para continuidade do atendimento ao crescimento e manutenção de nossas operações

**Rodrigo Saba Ruggiero**

Diretor-Presidente e Relações com Investidores

## 1. Síntese do Resultado 2017

Principais Indicadores Econômicos e Operacionais					
(em Milhões de R\$)	2014	2015	2016	2017	Δ
Receita Bruta	316	432	491	715	45%
Receita Líquida	286	398	449	681	52%
EBITDA	154	240	276	384	39%
Resultado Exercício	58	123	162	249	54%
Volume Ferrovia (Milhões de TKU)	3.604	4.941	4.625	7.395	60%
Volume Ferrovia (Mil de TU)	4.503	5.773	5.228	8.039	54%
Margem EBITDA	53,8%	60,3%	61,6%	56,3%	-5,3 p.p.
Margem Lucro	20,3%	30,9%	36,1%	36,5%	0,4 p.p.

- A Receita Líquida da FNS fechou o ano de 2017 em R\$ 681 milhões, um aumento de 52% em relação ao ano anterior.
- Lucro Líquido de R\$ 249 milhões em 2017, 54% acima de 2016.
- Geração de caixa medida pelo EBITDA de R\$ 384 milhões, 39% acima do ano anterior.
- Faturamento na FNS de 7.395 Milhões de TKU, 60% a mais que o ano anterior.

O resultado da FNS foi beneficiado pela recuperação da safra entre 2016 e 2017. Além da recuperação do segmento de Agricultura, tivemos ganhos na movimentação de combustíveis e celulose.

## 2. Investimentos

Em 2017, a FNS investiu R\$ 188,5 milhões (R\$ 144 milhões em investimentos de capital e R\$ 44,5 milhões em investimentos correntes). Os recursos foram alocados principalmente na expansão da capacidade (com destaque para o Programa Imperatriz e Expansão de QPM) e na manutenção, renovação e modernização dos ativos operacionais.

## 3. Gestão de Pessoas

O ano foi importante para os processos de Gestão de Pessoas da FNS, trazendo resultados expressivos, especialmente nas frentes de Educação e Cultura. Em educação foi o ano recorde de ações de desenvolvimento executadas na Companhia, com a implantação do sistema de treinamento e desenvolvimento que facilitou a formalização e registro das ações educacionais. O Projeto Cultura atua como grande agente transformador fazendo com que nossos colaboradores compreendam melhor as fortalezas e as oportunidades para o alcance da estratégia e de resultados sustentáveis. A FNS acredita nos seus talentos internos. A maioria das posições de liderança abertas no último ano foram preenchidas com pessoas identificadas no processo interno de Carreira e Sucessão. A empresa investe também nos programas porta de entrada para atração e incorporação de novos funcionários, os chamados programas de porta de entrada: Programa de Estágio; Programa de Trainee Ferroviário; Jovens aprendizes; Inclusão de Pessoas com Deficiência (PCD).

#### **4. Responsabilidade Social**

A FNS aposta no desenvolvimento econômico alinhado à promoção social e à geração de valor para todos os seus públicos de relacionamento. Em 2017, investimos em projetos de educação, esporte e promoção da saúde. Foram vários professores capacitados, diversas crianças e adolescentes beneficiados e idosos envolvidos em iniciativas promovidas pela FNS. Além do investimento social, mantemos um diálogo permanente com as comunidades através do Programa de Visitas e do nosso canal de relacionamento.

#### **5. Meio Ambiente**

O respeito às comunidades, o desenvolvimento contínuo de novas formas de reuso e reaproveitamento de recursos, o fortalecimento de práticas cada vez mais sustentáveis, a inovação em sistemas de gestão e a disseminação de informações sobre as melhores condutas em relação ao meio ambiente são algumas das ações empreendidas pela empresa em seus diversos fluxos operacionais. Em 2017 foi ampliado o programa Selo Verde, trazendo otimização no uso de recursos naturais com iniciativas que reduzem impactos ambientais e promovem a sustentabilidade ambiental.

#### **6. Auditores Independentes**

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos nossos auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Esses princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A contratação dos nossos auditores independentes foi aprovada por nosso Conselho de Administração, sendo que os serviços por eles prestados referem-se exclusivamente à auditoria das demonstrações contábeis e revisão limitada das Informações Trimestrais - ITR da Companhia.

São Luís, 08 de março de 2018.

A Administração

## **2 - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas da  
**Ferrovias Norte Sul S.A.**  
Belo Horizonte – MG

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Ferrovias Norte Sul S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ferrovias Norte Sul S.A., o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### ***Gastos com Ativo Imobilizado e Intangível***

Conforme notas explicativas 4.3.f, 4.3.g, 4.12 e 4.13 às demonstrações financeiras, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2017 nas rubricas de imobilizado e intangível os montantes de R\$207.860 mil e R\$1.955.433 mil, respectivamente. O negócio em que a Companhia está inserida e a modelagem do contrato de concessão com a União, requer que a Companhia efetue investimentos expressivos nas operações que são classificados, dependendo de sua natureza, como imobilizado, intangível ou resultado do exercício. Devido ao alto grau de julgamento exercido pela Companhia para definir e alocar os gastos entre imobilizado quando ocorre aquisição ou investimentos próprios, intangível quando ocorre manutenção ou investimentos vinculados à concessão ou resultado quando relativos a gastos com manutenção, para determinar o momento de transferência dos projetos em andamento para a conta definitiva que é crucial na determinação do momento inicial da depreciação/amortização e ao impacto que uma alteração dos julgamentos exercidos na classificação dos gastos pode ter nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade operacional, em base amostral, dos controles internos relevantes relacionados aos investimentos com a concessão, incluindo os critérios para a determinação da classificação contábil do ativo fixo como imobilizado ou intangível, controles de conclusão dos projetos e do processo de determinação do início do registro dos encargos de depreciação e amortização. Com base em uma amostra, consideramos a adequação da classificação dos valores dos investimentos entre imobilizado ou ativo intangível e como gastos com manutenção no resultado do exercício, para adições ocorridas durante o exercício e avaliamos a natureza desses investimentos. Adicionalmente, avaliamos o processo de transferência dos projetos em andamento para as contas definitivas. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre as suas políticas de capitalização e outras relacionadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o reconhecimento dos ativos imobilizados e intangíveis é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

## **Outros Assuntos**

### ***Demonstrações do valor adicionado***

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências de éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os



eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 08 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira  
Contador CRC MG-058176/O-0

### 3- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 3.1 - Balanço patrimonial

Exercícios findos em dezembro de 2017 e 2016.

Em milhares de Reais	Notas	31/12/2017	31/12/2016
<b>Ativo</b>			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.4	90.650	8.935
Contas a receber	4.5	49.669	55.183
Outros ativos financeiros	4.28	444	-
Estoques	4.7	10.179	3.372
Tributos a recuperar	4.8	13.468	10.847
Tributos antecipados sobre o lucro	4.8	7.897	14.356
Despesas pagas antecipadamente	4.10	373	177
Demais ativos	4.10	4.733	2.744
		<b>177.413</b>	<b>95.614</b>
Não circulante			
Contas a receber	4.5	286.063	286.903
Depósitos judiciais	4.9	70	18
Tributos a recuperar	4.8	15.181	15.522
Tributos diferidos sobre lucro	4.24(a)	2.553	348
Incentivos fiscais - reinvestimento	4.10	-	3.968
Demais ativos	4.10	2.877	10.061
Imobilizado	4.11	213.702	224.389
Intangível	4.12	1.949.591	1.834.311
		<b>2.470.037</b>	<b>2.375.520</b>
Total do ativo		<b>2.647.450</b>	<b>2.471.134</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
Circulante			
Fornecedores	4.13	70.196	77.123
Contas a pagar	4.13	83.942	17.901
Tributos a recolher	4.14	4.139	6.953
Tributos a recolher sobre lucro	4.14	-	544
Obrigações sociais e trabalhistas	4.15	14.468	7.111
Dividendos propostos	4.16	46.096	87.018
Antecipações de clientes	4.17	43	31
Demais passivos	4.17	216	197
		<b>219.100</b>	<b>196.878</b>
Não circulante			
Provisão para processos judiciais	4.9	53	-
Benefícios a empregados	4.27	3.895	2.006
Subconcessão a pagar	4.18	171.690	172.161
		<b>175.638</b>	<b>174.167</b>
Patrimônio líquido	4.19		
Capital social		1.859.134	1.826.893
Reservas de lucros		393.578	273.196
		<b>2.252.712</b>	<b>2.100.089</b>
Total do passivo e patrimônio líquido		<b>2.647.450</b>	<b>2.471.134</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### 3.2 – Demonstração do resultado

Exercícios findos em dezembro de 2017 e 2016.

<b>Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma</b>			
	<b>Notas</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Receita líquida de serviços prestados	4.20	681.165	448.732
Custo dos serviços prestados	4.21	<u>(396.876)</u>	<u>(292.612)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b><u>284.289</u></b>	<b><u>156.120</u></b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Gerais e administrativas	4.22(a)	(20.886)	(13.955)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	4.22(b)	<u>22.606</u>	<u>43.034</u>
		<b><u>1.720</u></b>	<b><u>29.079</u></b>
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b><u>286.009</u></b>	<b><u>185.199</u></b>
<b>Resultado financeiro</b>	4.23	<b><u>8.501</u></b>	<b><u>4.098</u></b>
Despesas financeiras		(3.169)	(2.277)
Receitas financeiras		12.197	4.940
Receitas (despesas) com variação monetária/cambial		<u>(527)</u>	<u>1.435</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b><u>294.510</u></b>	<b><u>189.297</u></b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	4.24(b)	<b><u>(45.791)</u></b>	<b><u>(27.322)</u></b>
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes		(99.894)	(60.603)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos		2.205	(1.158)
Incentivos fiscais		51.898	34.439
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b><u>248.719</u></b>	<b><u>161.975</u></b>
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações R\$		<u>136,95</u>	<u>91,05</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### 3.3 - Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em dezembro de 2017 e 2016.

<b>Em milhares de Reais</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<u>248.719</u>	<u>161.975</u>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<u><b>248.719</b></u>	<u><b>161.975</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### 3.4 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em dezembro 2017 e 2016.

Em milhares de Reais	Reservas						Total
	Capital Social	Reserva legal	Reserva de expansão	Reserva de incentivos fiscais	Dividendos adicionais propostos	Lucros Acumulados	
<b>Em 01 de janeiro de 2016</b>	<b>1.712.476</b>	<b>15.564</b>	<b>84.478</b>	<b>42.689</b>	<b>107.159</b>	<b>-</b>	<b>1.962.366</b>
Resultado abrangente do exercício							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	161.975	<b>161.975</b>
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	<b>161.975</b>	<b>161.975</b>
Aumento de capital por transferência de AFAC (adiant. para futuro aumento de capital)	112.766	-	-	-	-	-	<b>112.766</b>
Aumento de capital por incentivos fiscais	1.651	-	-	-1.651	-	-	-
Contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas							
Constituição de reservas	-	8.099	89.578	34.439	-	-132.116	-
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-107.159	-	<b>-107.159</b>
Constituição Dividendos	-	-	-	-	-	-29.859	<b>-29.859</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.826.893</b>	<b>23.663</b>	<b>174.056</b>	<b>75.477</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.100.089</b>
Resultado abrangente do exercício							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	248.719	<b>248.719</b>
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	<b>248.719</b>	<b>248.719</b>
Aumento de capital por transferência de AFAC (Adiant. para futuro aumento de capital)	30.000	-	-	-	-	-	<b>30.000</b>
Aumento de capital por Incentivos Fiscais	2.241	-	-	-2.241	-	-	-
Contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas							
Constituição de reservas	-	12.436	138.289	51.898	-	-202.623	-
Dividendos adicionais	-	-	-80.000	-	-	-	<b>-80.000</b>
Constituição Dividendos	-	-	-	-	-	-46.096	<b>-46.096</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.859.134</b>	<b>36.099</b>	<b>232.345</b>	<b>125.134</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.252.712</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### 3.5 – Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em dezembro de 2017 e 2016.

Em milhares de Reais

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais:</b>		
Lucro líquido do exercício	248.719	161.975
<b>Ajustes:</b>		
Depreciação e amortização	97.679	91.238
Provisões para perdas e processos judiciais	819	(2.429)
Despesas (receitas) com variação monetária/cambial	527	(1.436)
Ganho na alienação de ativo imobilizado	-	(7.763)
Provisão para baixa de ativos	1.071	-
Ajuste a valor presente	1.737	-
Despesas com benefícios a empregados	1.889	1.266
Incentivos fiscais	-	(34.439)
Tributos diferidos sobre o lucro	(2.205)	1.158
	<b>350.236</b>	<b>209.570</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Contas a receber	5.127	(60.152)
Estoques	(6.807)	(2.314)
Tributos a recuperar	24.276	24.730
Despesas pagas antecipadamente	(196)	-
Depósitos judiciais	(47)	(16)
Incentivos fiscais - reinvestimentos	3.968	-
Demais ativos	5.195	(3.335)
Fornecedores	(10.718)	4.346
Contas a pagar	66.041	10.022
Tributos a recolher	(2.818)	28.604
Tributos a recolher sobre o lucro	(544)	(2.352)
Obrigações sociais e trabalhistas	7.357	3.894
Benefícios a empregado	-	114
Antecipação de clientes	12	-
Demais passivos	19	(1.731)
<b>Caixa líquido gerado pelas operações</b>	<b>441.101</b>	<b>211.380</b>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(20.097)	(40.907)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>421.004</b>	<b>170.473</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Recebimento pela venda de imobilizado	-	8.500
Compra de ativo imobilizado e intangível	(202.271)	(125.396)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(202.271)</b>	<b>(116.896)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Dividendos pagos	(167.018)	(74.788)
Adiantamento para futuro aumento de capital	30.000	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(137.018)</b>	<b>(74.788)</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>81.715</b>	<b>(21.211)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.935	30.146
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	90.650	8.935

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### 3.6 - Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em dezembro 2017 e 2016.

<b>Em milhares de Reais</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Receitas</b>		
Vendas brutas de serviços	714.338	490.948
Outras receitas	47.451	53.928
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - constituição	(766)	544
	<b>761.021</b>	<b>545.420</b>
<b>Menos: Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Custos dos serviços prestados	(169.501)	(110.625)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(128.504)	(92.275)
Provisão para processos judiciais, líquida de reversões	(53)	1.882
Outros	(7.980)	(4.374)
	<b>(306.038)</b>	<b>(205.392)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>454.983</b>	<b>340.028</b>
Depreciação e amortização	(97.679)	(91.238)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>357.304</b>	<b>248.790</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras e variações cambiais	13.108	17.269
	<b>13.108</b>	<b>17.269</b>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>370.412</b>	<b>266.059</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal e encargos	56.483	40.173
Impostos, taxas e contribuições	61.148	51.210
Remuneração de capitais de terceiros	4.062	12.701
Remuneração de capital próprio	248.719	161.975
<b>Valor Adicionado distribuído</b>	<b>370.412</b>	<b>266.059</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **FERROVIA NORTE SUL S.A.**

### **4 - NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### **4.1 - Contexto operacional**

A Ferrovia Norte Sul S.A. ("FNS" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em Assembleia Geral realizada em 7 de dezembro de 2007. Foi registrada na Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA em 14 de dezembro de 2007, regida por Estatuto Social, pela Lei das Sociedades por Ações, pela Lei de Concessões e Permissões de Serviços Públicos e demais leis e regulamentos aplicáveis. A Companhia tem sede na cidade de São Luís (MA) e prazo indeterminado de duração, que não pode ser inferior ao prazo de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Subconcessão de 30 anos.

A Companhia tem como objeto social realizar a exploração do transporte ferroviário de carga, compreendendo: operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de contrato de subconcessão. Este contrato foi celebrado entre a Companhia e a Valec - Engenharia Construções e Ferrovias S.A ("Valec"), sociedade por ações controlada pela União Federal e supervisionada pelo Ministério dos Transportes, para operar o trecho de 720 quilômetros de extensão entre Açailândia (MA) e Palmas (TO). O trecho objeto da subconcessão tem as seguintes características básicas:

- 225 km entre Açailândia (MA) e Aguiarnópolis (TO), construído com recursos do Governo Federal. Trecho em operação.
- 133,5 km entre Aguiarnópolis (TO) e Araguaiana (TO), construído com recursos do Governo Federal. Trecho em operação.
- 213,2 km entre Araguaiana (TO) e Guaraí (TO), construídos com recursos provenientes do Contrato de Subconcessão e do Governo Federal, entregue pela Valec em maio de 2009. Trecho em operação.
- 148,3 km entre Guaraí (TO) e Palmas (TO), construídos com recursos provenientes do Contrato de Subconcessão e do Governo Federal. A entrega desse trecho pela Valec ocorreu em dezembro de 2010. A Companhia realizou o pagamento de 80% da terceira e última parcela do contrato, e condicionou a liberação dos 20% restante à correção das pendências existentes na ferrovia, vide nota explicativa 4.18. O trecho encontra-se em operação.

Em 29 de dezembro de 2015, a VLI Multimodal S.A. assumiu integralmente o controle acionário da FNS mediante conferência ao capital social da VLI Multimodal S.A. pela VLI S.A. de 357.565.023 (trezentas e cinquenta sete milhões, quinhentas sessenta cinco mil e vinte três) ações ordinárias de emissão da FNS e de propriedade da VLI S.A., para integralização de 18.524.575.139 (dezoito bilhões, quinhentas vinte quatro milhões, quinhentas e setenta e cinco mil e cento e trinta nove) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da VLI Multimodal S.A., emitidas na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de dezembro de 2015.

#### **4.2 - Base de preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 08 de março de 2018.



#### **4.2.1 Declaração de conformidade e base de preparação**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS"), emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras Anuais.

#### **Base de mensuração**

As demonstrações financeiras, foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados e mensurados pelo valor justo.

#### **Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

A Companhia preparou suas demonstrações financeiras com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisão de perdas de contas a receber de clientes, provisão para perda de estoques, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para processos judiciais prováveis, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

#### **Estimativas e premissas contábeis críticas**

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

i Provisão para processos judiciais - A Companhia constituiu provisões para processos judiciais com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis.

ii. Tributos sobre o lucro diferidos - A Companhia reconhece o efeito do imposto diferido de prejuízo fiscal e das diferenças temporária em seus demonstrativos financeiros. A constituição dos tributos sobre o lucro diferidos, ativos e passivos requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. As avaliações realizadas dependem da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, custos operacionais.

#### **a) Benefícios de plano de previdência privada**

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

#### **b) Subconcessão**

Conforme descrito na Nota 4.3 (j) a Companhia segue as orientações da ITG 01 (que aprova o ICPC 01) e da CTG 05 (que aprova o OCPC 05) para contabilizar a subconcessão dos serviços de transporte ferroviário. A aplicação dessas interpretações e orientações técnicas requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

- I. Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da subconcessão devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias;
- II. Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("*price cap*") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "*price-cap*" é raramente atingido;
- III. Conclusão de não ser aplicável registrar no momento inicial da concessão nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, do concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.

#### **c) Redução do valor recuperável de ativos**

A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "*impairment*", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "*impairment*".

#### **d) Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível**

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

## **e) Pronunciamentos contábeis emitidos que não estão em vigor**

### **IFRS 15**

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - entra em vigor em 1o de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

A alteração do IFRS 15 aborda o tema de reconhecimento de receitas oriundas de vendas de mercadorias, produtos acabados e prestação de serviços. Esta nova norma não irá gerar impactos sobre as rotinas e procedimentos adotados para registrar e reconhecer receitas de serviços de transportes ferroviários de cargas portuários prestados pela Companhia, sendo que todos os contratos de prestação de serviços de transportes ferroviários de cargas e também para serviços portuários foram avaliados considerando o IFRS 15.

A FNS realizou as análises considerando as 4 fases da metodologia de aplicação:

#### **1 - Identificação do contrato**

Para fins de análise e diagnósticos da nova norma sobre receitas, avaliamos de forma abrangente todos os contratos padrões, celebrados para auferir receitas com: transporte ferroviário de cargas, incluindo as cláusulas de penalidades(ToP); estadia de vagões; tráfego mútuo; direitos de passagens.

#### **2 - Identificação da obrigação de desempenho**

As obrigações de desempenho das atividades operacionais da Companhia são alcançadas em um momento específico, ou seja, na origem dos fluxos de transportes consiste na integração dos múltiplos modais, incluindo o carregamento e a descarregamento nos TI terminais. A medição dos serviços ferroviários deverá ser preferencialmente efetuada pelo peso real movimentado, apurado na origem ferroviária, em balança com aferição validada por órgão competente. Deverá considerar sempre um peso mínimo de carregamento para cada tipo de vagão a ser utilizado, se o carregamento do mesmo não for de responsabilidade da FNS.

#### **3 - Determinação do preço da transação**

A remuneração dos serviços prestados é efetuada pelo montante fixo definido em contrato, sem significativo componente de financiamento. A contraprestação variável, tais como: em conta: descontos, créditos, concessões de preço, devoluções e bônus não fazem parte da política ou prática comercial da companhia.

#### **4 - Alocação do preço da transação**

O preço da transação deve ser alocado a diferentes obrigações a cumprir com base no preço de venda individual relativo. Pode ser o preço individual da venda de um bem ou serviço quando vendido separadamente para um cliente em circunstâncias semelhantes ou para clientes semelhantes. Se o preço individual da venda não for observável de forma direta, estime-o considerando todas as informações razoavelmente disponíveis, como condições de mercado, fatores específicos e classe de clientes.

A FNS concede acessos aos seus clientes para acompanhar, através de sistemas, as movimentações das cargas nos terminais e de todas operações acessórias, considerando as características dos fluxos de transportes, tais como: Local de origem (procedência) x Local de destino x quantidade (Toneladas).

Considerando as atividades da Companhia, a administração analisou e concluiu que a aplicação da referida norma não trará impactos de reconhecimento de receita em consequência não trarão efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

## **IFRS 9**

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - com vigência para 1º de janeiro de 2018, substitui a orientação no IAS 39- "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", que diz respeito à classificação e à mensuração de financeiros.

Considerando as atividades da Companhia a administração analisou os impactos e os instrumentos financeiros não trarão novas implicações relevantes no balanço da FNS.

Relacionado a modelos de provisão para perdas, a nova regra, não é necessário esperar nenhum evento extremo para o reconhecimento da perda esperada, e a quantidade projetada de créditos perdidos deve ser registrada a cada 12 meses. Além disso, no modelo anterior, a contabilidade só levava em conta o histórico. Efeitos de uma possível perda de crédito futura não eram considerados, mesmo que a inadimplência ou perdas fossem uma possibilidade real.

As provisões para créditos de liquidação dúvida até o fechamento do exercício de 2017 eram constituídas com base em critérios altamente recomendados e nas melhores práticas de mercado.

A Companhia deverá adotar estimativas de possíveis perdas de seus recebíveis com base em cenários macroeconômicos futuros. Em uma análise simplificada e comparativa, a princípio, a FNS precisará alterar sua estimativa considerando a matriz de inadimplência histórica de percentual por categoria desde vencidos a vencer e assim calcular sua nova estimativa de provisão para perda. A Companhia não espera impactos relevantes relacionado a mudança de critério proposto pelo IFRS 9, devido aos baixos níveis de inadimplência da Companhia, por ter o mesmo o seu negócio integralmente desenvolvido dentro do Mercado Brasileiro, que sua carteira de clientes é formada por empresas de grande porte e que não existem componentes de financiamentos nos contratos comerciais.

A Companhia optou por utilizar uma abordagem simplificada para mensurar as perdas de créditos esperadas sobre a sua carteira de recebíveis.

Outra mudança importante que entra em vigor com o IFRS 9 é o sistema de classificação dos instrumentos financeiros. Antes, era possível classificar os papéis em três categorias: mantido até o vencimento; para negociação; e disponíveis para venda.

A partir de 2018 é o modelo de negócios da empresa que vai comandar a classificação do papel no balanço.

Diferentemente da IAS 39, que dividia os ativos financeiros em 4 categorias (empréstimos e recebíveis, ativos financeiros ao valor justo através dos resultados, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros mantidos até o vencimento) e os passivos financeiros em 2 categorias (valor justo através dos resultados e outros passivos financeiros), a IFRS 9 cria apenas 2 categorias para instrumentos financeiros: Ativos financeiros ao valor justo (por meio do Resultado ou do PL) e ativos financeiros ao custo amortizado. Tanto o modelo de negócios da entidade como as características do instrumento financeiro definirão a categoria mais apropriada para cada caso.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia tem principalmente, Caixa e Equivalentes, Empréstimos e Financiamentos, Contas a Receber, Contas a Pagar, Derivativo e Arrendamento e Concessão, caracterizados como Instrumentos Financeiros, sendo todos com mínima exposição a juros e caso tivesse seria melhor classificado pelo valor justo ao resultado. Assim atendendo ao especificado no IFRS 9, ativos ou passivos financeiros avaliados a valor

justo por meio de resultado são, em sua maioria, ativos e passivos financeiros adquiridos ou incorridos principalmente para a finalidade de venda ou recompra em prazo muito curto.

## **IFRS 16**

IFRS 16 - "Leases", essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). A norma é efetiva para os períodos anuais com início em ou após de 1º de Janeiro de 2019.

A norma contábil estabeleceu princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. A FNS deverá aplicar esta norma de forma consistente com contratos que tenham características similares e em circunstâncias similares. A FNS pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada.

Todos os contratos de arrendamentos serão reconhecidos no balanço; Ativos Direitos de Uso passarão a ser reconhecidos; Passivos de arrendamentos registrados; e registros das operações idênticos às compras financiadas de um ativo.

Os principais contratos de arrendamento da companhia são: vagões e locomotivas, terminais integradores, projetos de renovação de locomotivas, contratos de concessão de transporte de cargas

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

### **f) Transações que não afetam o caixa**

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia realizou atividades não envolvendo caixa e equivalentes de caixa e que, portanto, não estão refletidas na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Dividendos a pagar – Passivo circulante	46.096	137.018
Reconhecimento de Dividendos a pagar - Patrimônio Líquido	46.096	137.018
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC - Passivo não Circulante	30.000	112.766
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC - Patrimônio Líquido	<u>30.000</u>	<u>112.766</u>

## **4.3 - Principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados, salvo disposição ao contrário.

### **a) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

## **b) Ativos financeiros**

### **Classificação e mensuração**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de “empréstimos e recebíveis”. Essa classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

### **Empréstimos e recebíveis**

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão das demonstrações financeiras (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e de partes relacionadas, demais contas a receber e outros ativos financeiros. Os empréstimos e recebíveis são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, após seu reconhecimento inicial, dos empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

### **Provisão para realização de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**

A Companhia avalia, no decorrer do exercício, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável. (“*impairment*”).

## **c) Contas a receber**

Correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

As contas de clientes a receber são registradas inicialmente a valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos de estimativas de perdas para cobrir eventuais perdas na sua realização.

A estimativa de perdas de créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em experiência de inadimplência ocorrida no passado.

Os ajustes a valor presente são calculados com base na diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à uma taxa de juros efetiva.

## **d) Estoques**

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor de reposição e, quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos, inservíveis ou sem movimentação. O custo de aquisição é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel.

## **e) Tributos sobre o lucro**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre renda são reconhecidos na demonstração de resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos

diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, os impostos também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

As alíquotas dos impostos correntes e diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A FNS por ser uma atividade de infraestrutura que promove o desenvolvimento da região nordeste do Brasil, possui incentivos Fiscais da SUDENE e SUDAM.

O Lucro da Exploração é um incentivo que reduz o IRPJ corrente em 75%. O incentivo contempla as atividades operacionais exercidas pela FNS no Maranhão e Tocantins.

O Reinvestimento é um incentivo fiscal concedido pela SUDENE que reduz em 30% o IRPJ devido. O valor obtido com este incentivo deve ser revertido em projetos de modernização ou aquisição de equipamento novos.

#### **f) Imobilizado**

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos itens ou peças substituídos são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas, operacionais, líquidas".

A vida útil dos bens patrimoniais está apresentada na Nota 4.11.

### **g) Intangível**

Refere-se ao valor pago para operar os trechos de subconcessão entre Açailândia no Estado do Maranhão, até Palmas no Estado de Tocantins, acrescidos dos custos pela atualização aplicada às parcelas a vencer da subconcessão e benfeitorias realizadas nos trechos ferroviários.

A amortização é realizada com base no período remanescente do contrato de subconcessão.

A vida útil dos bens patrimoniais está apresentada na Nota 4.12.

### **h) Impairment de ativos não financeiros**

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revisados para verificação de redução do valor recuperável (*impairment*) sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

### **i) Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

### **j) Subconcessão a pagar**

No Brasil, o serviço de transporte ferroviário de cargas e passageiros estão sujeitos a uma variedade de leis e normas, provenientes principalmente do Governo Federal por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A regulação do serviço de transporte ferroviário no Brasil trata das relações entre o governo, as companhias ferroviárias, usuários/clientes. Os principais aspectos abordados pela regulação incluem segurança, responsabilidades e direitos dos usuários/clientes e operadores ferroviários.

O contrato de subconcessão tem como objeto a exploração do transporte ferroviário de carga, compreendendo: operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de contrato de subconcessão.

As condicionantes estabelecidas através da interpretação ITG 01 (que aprova o ICPC 01) não se aplicam aos contratos de concessão e subconcessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, conforme estabelecido pela Orientação CTG 05 (que aprova o OCPC 05) - Contratos de Concessão, considerando que:

I) O poder concedente não define a quem os serviços devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias, conforme cláusula 7ª do contrato de concessão;

II) O poder concedente não determina qual o preço deverá ser cobrado pelos serviços prestados. A base para precificação é o mercado, inclusive, são cobradas tarifas acessórias (transbordo, carga, descarga, armazenamento, etc.) para as quais não há qualquer mecanismo de controle e seu valor é negociado livremente.



## **k) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

## **l) Benefícios a empregados**

### **Obrigações de aposentadoria**

O passivo relacionado aos benefícios de risco do plano de pensão é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados.

Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

### **Participação nos lucros**

A Companhia constituiu provisão de participação nos resultados cuja metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados. As diretrizes da participação nos resultados são determinadas pela administração da Companhia.

## **m) Reconhecimento de receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação a receber pela prestação de serviços de transporte ferroviário no curso normal das atividades da Companhia e de receitas acessórias ligadas às atividades ferroviárias como estadia de vagões e aluguel de locomotivas. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

### **Receitas de serviços**

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que:

- 1) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança;
- 2) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e;
- 3) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador.

### **Receitas financeiras**

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo prazo de competência, usando o método de taxa de juros efetiva.

## Receitas diferidas

As receitas antecipadas são registradas no passivo quando há recebimentos antecipados para prestação de serviços futuros. As receitas antecipadas serão reconhecidas no resultado quando decorrido o prazo de competência ou da prestação de serviços futuros.

## n) Dividendos

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e no IFRS, os dividendos são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

Aos acionistas da Companhia será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos dos artigos 195.a e 202 da Lei 6.404/76.

## o) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A moeda funcional adotada pela Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$). Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## p) Apresentação de informações por segmentos

Conforme descrito na Nota 4.25, a Companhia analisa suas operações como segmento único com base nas informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia, a sua Administração, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas da Companhia.

## q) Capital social

Ações ordinárias - custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

## r) Demonstração do valor adicionado ("DVA")

A Companhia divulga sua demonstração do valor adicionado ("DVA"), de acordo com a NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado, que é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme prática contábil brasileira, aplicável a companhias abertas, que, entretanto, para as práticas internacionais pelo IFRS são apresentadas como informações adicionais, sem prejuízo do conjunto de demonstrações financeiras.

## 4.4 - Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e bancos	10.048	5.478
Aplicações financeiras (a)	80.602	3.457
	<u>90.650</u>	<u>8.935</u>

(a) Aplicações em certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 99,42% em 31 de dezembro de 2017 e 101,30% em 31 de dezembro de 2016 do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente

conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

#### 4.5 - Contas a receber

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Circulante</b>		
Contas a receber de terceiros	50.112	48.489
Contas a receber de partes relacionadas	1.093	7.464
Menos: Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(1.536)	(770)
Contas a receber de clientes, líquidas	<u>49.669</u>	<u>55.183</u>
<b>Não circulante</b>		
Contas a receber - VALEC (a)	286.063	286.903
	<u>286.063</u>	<u>286.903</u>
<b>Contas a receber - total</b>	<u>335.732</u>	<u>342.086</u>

(a) Saldo referente a multa contratual pelo atraso e condições de entrega dos trechos ferroviários, objetos do contrato de subconcessão celebrado entre a FNS e a VALEC, e ao Termo de Compromisso ("TAC") celebrado entre a FNS, o IBAMA- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA"), a VALEC e a Vale S.A. Este termo de compromisso obriga a Companhia a apresentar o levantamento atualizado dos passivos ambientais, existentes nos trechos em operação da ferrovia, e a apresentar Plano de Trabalho, perante o IBAMA, em conjunto com a VALEC e a Vale S.A, para a solução das pendências relativas às Licenças Ambientais e as intervenções decorrentes de passivos ambientais. Os valores contabilizados, já reconhecidos pela VALEC, encontram-se integralmente classificados no ativo não circulante, em decorrência de não estar determinado o fluxo de recebimento. O valor final decorrente da referida multa encontra-se ainda em negociação entre a Companhia e a VALEC.

As análises de vencimentos estão apresentadas abaixo:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
A vencer	326.057	339.273
Vencidos até 3 meses	8.565	1.499
Vencidos de 3 a 6 meses	669	537
Vencidos acima 6 meses	1.977	1.547
	<u>337.268</u>	<u>342.856</u>

A metodologia adotada para constituir a estimativa de possíveis perdas de crédito de liquidação duvidosa contempla a avaliação criteriosa dos títulos vencidos há mais de 180 dias, considerando o histórico de operações e das condições comerciais mantidas com cada cliente em atraso.

## 4.6 - Partes relacionadas

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Balço Patrimonial</b>		
<b>Ativo circulante</b>		
Contas a receber		
Vale S.A	1.060	5.513
Ferrovía Centro Atlântica S.A	33	33
VLI Multimodal S.A	-	1.918
	<u>1.093</u>	<u>7.464</u>
<b>Passivo Circulante</b>		
Fornecedores		
PASA	-	34
Terminal de Vila Velha S.A- TVV	79	-
Ferrovía Centro Atlântica S.A	1.626	96
VLI Multimodal S.A	1.794	1.637
VLI S.A	-	990
Valia	242	222
Vale S.A	3.633	1.580
	<u>7.374</u>	<u>4.559</u>
<b>Demonstrações do Resultado</b>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Receitas</b>		
Receita bruta de serviços prestados		
Vale S.A	-	1.979
VLI Multimodal S.A	-	4.283
	<u>-</u>	<u>6.262</u>
Receita de aluguel de locomotiva		
Vale S.A	1.934	1.979
VLI Multimodal S.A	16.271	15.179
	<u>18.205</u>	<u>17.158</u>
Outras Receitas (despesas) Operacionais		
Vale S.A	837	1.049
Ferrovía Centro Atlântica S.A	(1.528)	896
VLI S.A	(3.355)	(303)
VLI Multimodal S.A	(18.042)	55
	<u>(22.088)</u>	<u>1.697</u>
<b>Custos e despesas</b>		
Custo de partilha de fretes (Tráfego Mútuo)		
Vale S.A	(1.183)	-
	<u>(1.183)</u>	<u>-</u>
Custo com direito de passagem		
Vale S.A	(54.815)	(40.926)
	<u>(54.815)</u>	<u>(40.926)</u>
Custo dos serviços		
PASA	(331)	(261)
	<u>(331)</u>	<u>(261)</u>
Previdência Complementar		
VALIA	(592)	(496)
	<u>(592)</u>	<u>(496)</u>
Despesas com compartilhamento de gastos		
Ferrovía Centro Atlântica S.A	-	(10)
VLI Multimodal S.A	(16.444)	(10.749)
VLIS.A	(3.360)	(2.048)
	<u>(19.804)</u>	<u>(12.807)</u>
Receitas (Despesas) financeiras		
VLI Multimodal S.A	(43)	(744)
	<u>(43)</u>	<u>(744)</u>

Os créditos com empresas ligadas no ativo circulante representam os valores que a FNS tem a receber pela venda de seus serviços.

O saldo a pagar no passivo circulante é referente a compra de serviços, materiais, compartilhamento de gastos e/ou itens para o ativo imobilizado.

Os intercâmbios de locomotivas e vagões são processos inerentes às atividades de transporte ferroviário de cargas no Brasil. Os custos com partilha de fretes representam os valores gastos com a utilização de material rodante de outras concessionárias.

Os custos com direito de passagem representam os valores gastos com a utilização da via ferroviária da Estrada de Ferro Carajás - EFC.

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia é paga integralmente pela Controladora VLI S.A., sem o respectivo reembolso.

#### 4.7 – Estoques

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Circulante</b>		
Peças e componentes de equipamentos / instalações	5.898	2.219
Combustíveis, lubrificantes e gases	1.502	650
Materiais de expediente	1.842	465
Materiais elétricos / eletrônicos	47	31
Outros materiais	890	7
	<u>10.179</u>	<u>3.372</u>

#### 4.8 - Tributos antecipados sobre o lucro e tributos a recuperar

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Circulante</b>		
Tributos antecipados sobre o lucro	7.897	14.356
	<u>7.897</u>	<u>14.356</u>
<b>Circulante</b>		
ICMS a recuperar	5.489	4.567
Imposto de renda retido na fonte	-	1.225
PIS e COFINS a compensar	7.666	4.496
ISS	19	36
INSS	294	387
Outros	-	136
	<u>13.468</u>	<u>10.847</u>
<b>Não Circulante</b>		
ICMS a recuperar	15.181	15.522
	<u>15.181</u>	<u>15.522</u>

A classificação dos tributos a recuperar, do ativo circulante, foi definida com base nas estimativas de realização para os próximos 12 (doze) meses das operações da Companhia.

#### 4.9 - Depósitos judiciais e provisão para processos judiciais

	<u>31/12/2017</u>		<u>31/12/2016</u>	
	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Provisões para processos judiciais</u>	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Provisões para processos judiciais</u>
Trabalhistas	70	27	18	-
Tributárias	-	26	-	-
	<u>70</u>	<u>53</u>	<u>18</u>	<u>-</u>

Depósitos judiciais (movimentação):

	<u>31/12/2016</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Juros e atualização monetária</u>	<u>31/12/2017</u>
Trabalhistas	18	47	-	5	70
	<u>18</u>	<u>47</u>	<u>-</u>	<u>5</u>	<u>70</u>

Provisões para processos judiciais (movimentação)

	<u>31/12/2016</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Juros e atualização monetária</u>	<u>31/12/2017</u>
Trabalhistas	-	26	-	1	27
Tributárias	-	24	-	2	26
	<u>-</u>	<u>50</u>	<u>-</u>	<u>3</u>	<u>53</u>

## 4.9.1 – Passivos contingentes

A FNS possui ação de natureza cível, trabalhistas e tributário, cujo risco de perda é possível, conforme avaliação e posição de nossos consultores jurídicos internos. Em 31 de dezembro de 2017 o montante estimado de passivos contingentes possíveis é de R\$ 49.400 (Em 31 de dezembro de 2016 - R\$ 54.000).

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Trabalhistas	5.120	5.000
Cíveis	10.242	9.000
Tributárias	34.038	40.000
	<u>49.400</u>	<u>54.000</u>

## 4.10 – Despesas pagas antecipadamente, incentivos fiscais - reinvestimento e demais ativos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Circulante</b>		
Despesas c/ licença de uso de softwares	213	177
Prêmios de seguros pagos antecipadamente	160	-
<b>Total de despesas pagas antecipadamente</b>	<u>373</u>	<u>177</u>
Adiantamento a empregados	3.018	1.823
Adiantamento a fornecedores (a)	1.715	644
Outras ativos	-	277
<b>Total de demais ativos circulante</b>	<u>4.733</u>	<u>2.744</u>
<b>Não circulante</b>		
Incentivos fiscais - reinvestimento	-	3.968
<b>Total de Incentivos fiscais - reinvestimento</b>	<u>-</u>	<u>3.968</u>
Adiantamento a empregados	582	1.164
Adiantamento a fornecedores (a)	2.295	8.897
<b>Total de demais ativos não circulante</b>	<u>2.877</u>	<u>10.061</u>

(a) Os adiantamentos a fornecedores são para garantir o fornecimento de insumos e materiais de reposição para máquinas e equipamentos.

## 4.11 - Imobilizado

### 4.11.1- Composição do imobilizado:

				<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Bens em operação</b>	<b>Tempo estimado de vida útil</b>	<b>Taxa média anual de depreciação</b>	<b>Custo histórico</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Líquido</b>
Imóveis	25 a 50 anos	4,00%	43.702	(3.786)	39.916
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	25 a 50 anos	2,98%	17.889	(1.721)	16.168
Equipamentos autônomos	5 a 20 anos	11,47%	41.731	(11.967)	29.764
Veículos	5 anos	20,00%	6.845	(5.083)	1.762
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10%	1.985	(778)	1.207
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20%	154	(96)	58
Locomotivas	12 a 25 anos	5,66%	24.152	(2.446)	21.706
Vagões	30 anos	3,33%	99.149	(26.345)	72.804
Via permanente	10 anos	10,00%	24.868	(6.378)	18.490
Outros ativos	10 anos	10,00%	271	(7)	264
			260.746	(58.607)	202.139
Benfeitorias em curso			11.563	-	11.563
			11.563	-	11.563
			<u>272.309</u>	<u>(58.607)</u>	<u>213.702</u>
					<u>224.389</u>

#### 4.11.2 - Movimentação do imobilizado:

<b>Imobilizado - Custo</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>Transferências entre imobilizado e intangível</b>	<b>Transferências entre categorias</b>	<b>31/12/2017</b>
Imóveis	36.809	-	-	1.794	2.949	5.099	43.702
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	17.288	-	-	328	3.722	(2.676)	17.889
Equipamentos autônomos	48.110	-	(498)	1.679	24	(11.282)	41.731
Veículos	6.969	-	(800)	651	12	1	6.845
Bens administrativos/auxiliares	1.911	-	(1)	63	-	-	1.985
Equipamentos e aplicativos de informática	7.005	-	(250)	-	-	(6.601)	154
Locomotivas	8.493	-	-	2.972	(335)	13.022	24.152
Vagões	99.151	-	-	-	6.325	(6.327)	99.149
Via permanente	14.331	-	-	1.990	(206)	8.753	24.868
Outros ativos	-	-	-	248	12	11	271
	<b>240.067</b>	<b>-</b>	<b>(1.549)</b>	<b>9.725</b>	<b>12.503</b>	<b>-</b>	<b>260.746</b>
Benfeitorias em curso	29.338	294	-	(9.725)	(8.344)	-	11.563
	<b>29.338</b>	<b>294</b>	<b>-</b>	<b>(9.725)</b>	<b>(8.344)</b>	<b>-</b>	<b>11.563</b>
	<b>269.405</b>	<b>294</b>	<b>(1.549)</b>	<b>-</b>	<b>4.159</b>	<b>-</b>	<b>272.309</b>

  

<b>Imobilizado - depreciação</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>Transferências entre imobilizado e intangível</b>	<b>Transferências entre categorias</b>	<b>31/12/2017</b>
Imóveis	(2.136)	(1.613)	-	-	(36)	(1)	(3.786)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(1.658)	(521)	-	-	-	458	(1.721)
Equipamentos autônomos	(8.125)	(4.135)	498	-	-	(205)	(11.967)
Veículos	(4.916)	(966)	800	-	(2)	1	(5.083)
Bens administrativos/auxiliares	(585)	(194)	1	-	-	-	(778)
Equipamentos e aplicativos de informática	(313)	(32)	250	-	-	(1)	(96)
Locomotivas	(556)	(1.890)	-	-	-	-	(2.446)
Vagões	(22.744)	(3.601)	-	-	-	-	(26.345)
Via permanente	(3.983)	(2.151)	-	-	7	(251)	(6.378)
Outros Ativos	-	(6)	-	-	-	(1)	(7)
	<b>(45.016)</b>	<b>(15.109)</b>	<b>1.549</b>	<b>-</b>	<b>(31)</b>	<b>-</b>	<b>(58.607)</b>
<b>Total líquido</b>	<b>224.389</b>	<b>(14.815)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.128</b>	<b>-</b>	<b>213.702</b>

#### 4.11.3 – Imobilizado em curso:

<b>Benfeitorias em curso</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Aquisição de equipamentos ferroviários	2.060	1.985
Aquisição e modernização de material rodante	1.908	195
Equipamento de grande porte	460	-
Implantação de projetos	1.622	94
Melhorias em instalações administrativas e de apoio	5.513	27.064
	<b>11.563</b>	<b>29.338</b>

## 4.12 - Intangível

### 4.12.1- Composição do intangível:

				31/12/2017	31/12/2016	
	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direitos de Subconcessão (a)	19,11 anos	5,23%	1.776.431	(499.227)	1.277.204	1.341.065
Softwares adquiridos	5 anos	20,00%	152	(56)	96	84
			<b>1.776.583</b>	<b>(499.283)</b>	<b>1.277.300</b>	<b>1.341.149</b>
<b>Benfeitorias em propriedades arrendadas</b>						
Imóveis	25 a 50 anos	4,00%	3.037	(318)	2.719	7.925
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	20 a 50 anos	2,94%	-	-	-	5.185
Veículos	5 anos	20,00%	-	-	-	24
Via permanente	12 a 40 anos	10,00%	416.757	(52.691)	364.066	345.362
Outros ativos	10 anos	10,00%	2.558	(303)	2.255	-
			<b>422.352</b>	<b>(53.312)</b>	<b>369.040</b>	<b>358.496</b>
Benfeitorias em curso			303.251	-	303.251	134.666
			<b>2.502.186</b>	<b>(552.595)</b>	<b>1.949.591</b>	<b>1.834.311</b>

(a) O direito de subconcessão está representado pelos valores estipulados através do edital de licitação, para operar os trechos descritos na Nota 4.1, acrescidos dos custos financeiros aplicados às parcelas a vencer, e às benfeitorias na via permanente. A amortização é realizada com base no período remanescente do contrato de subconcessão.

### 4.12.2- Movimentação do intangível:

Intangível- Custo	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Transferências entre imobilizado e intangível	Transferências entre categorias	31/12/2017
Direitos de Subconcessão	1.776.431	-	-	-	-	-	1.776.431
Softwares adquiridos	872	-	(761)	41	-	-	152
	<b>1.777.303</b>	<b>-</b>	<b>(761)</b>	<b>41</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.776.583</b>
<b>Benfeitorias em propriedades arrendadas</b>							
Imóveis	8.136	-	-	-	(124)	(4.975)	3.037
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	5.704	-	-	2.949	(6.230)	(2.423)	-
Equipamentos autônomos	-	-	-	317	(317)	-	-
Veículos	25	-	-	-	(24)	(1)	-
Bens administrativos/auxiliares	-	-	-	12	(12)	-	-
Locomotivas	-	-	-	6.088	(5.990)	(98)	-
Via permanente	379.295	-	-	32.181	206	5.075	416.757
Outros Ativos	-	-	-	148	(12)	2.422	2.558
	<b>393.160</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>41.695</b>	<b>(12.503)</b>	<b>-</b>	<b>422.352</b>
Benfeitorias em curso	134.666	<b>201.977</b>	-	(41.736)	8.344	-	<b>303.251</b>
	<b>2.305.129</b>	<b>201.977</b>	<b>(761)</b>	<b>-</b>	<b>(4.159)</b>	<b>-</b>	<b>2.502.186</b>
<b>Intangível - Amortização</b>							
Direitos de Subconcessão	(435.366)	(63.861)	-	-	-	-	(499.227)
Softwares adquiridos	(788)	(29)	761	-	-	-	(56)
Imóveis	(211)	(143)	-	-	37	(1)	(318)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(519)	(41)	-	-	560	-	-
Veículos	(1)	(1)	-	-	1	1	-
Via permanente	(33.933)	(18.396)	-	-	(362)	-	(52.691)
Outros Ativos	-	(98)	-	-	(205)	-	(303)
	<b>(470.818)</b>	<b>(82.569)</b>	<b>761</b>	<b>-</b>	<b>31</b>	<b>-</b>	<b>(552.595)</b>
<b>Total líquido</b>	<b>1.834.311</b>	<b>119.408</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(4.128)</b>	<b>-</b>	<b>1.949.591</b>



#### 4.12.3- Intangível em curso:

<b>Benfeitorias em curso</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Construção e ampliação de pátios e terminais (a)	130.550	54.414
Oficinas - aquisição de equipamentos e reformas (b)	79.637	25.520
Ramal Ferroviário	-	12.438
Requalificação e melhorias nos postos de abastecimento (c)	31.341	18.855
Segurança, saúde, meio ambiente - Desenvolvimento sustentável	1.828	1.239
Via permanente (infraestrutura e superestrutura) (d)	59.895	22.200
	<b>303.251</b>	<b>134.666</b>

- a) Destacam-se R\$ 40.064 no Corredor Centro-Norte, construção do pátio em Imperatriz e R\$ 87.605 expansão do Terminal Ponta da Madeira em São Luís - MA;
- b) Destaca-se R\$ 73.174 no Corredor Centro-Norte, construção da oficina em Imperatriz;
- c) Destaca-se R\$ 28.380 no Corredor Centro-Norte, melhorias no posto de abastecimento em Imperatriz;
- d) Destaca-se R\$ 35.914 de serviços de superestrutura de via, conforme termo de compromisso IBAMA e colocação e recolocação de trilhos e dormentes.

#### 4.13 - Fornecedores e Contas a pagar

O saldo de contas a pagar refere-se substancialmente a compra de serviços e combustíveis destinados a operação e manutenção da via permanente.

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Fornecedores terceiros (a)	62.822	72.564
Fornecedores partes relacionadas	7.374	4.559
<b>Total de fornecedores</b>	<b>70.196</b>	<b>77.123</b>
Contas a pagar (b)	83.942	17.901
<b>Total de contas a pagar</b>	<b>83.942</b>	<b>17.901</b>
(a) Fornecedores terceiros		
Mercado interno	51.526	72.546
Mercado externo	11.296	18
	<b>62.822</b>	<b>72.564</b>

(b) A Companhia possui convênios com instituições financeiras, que permitem que determinados fornecedores nacionais tenham a possibilidade de ceder recebíveis da companhia junto as instituições financeiras ("Conveniadas"). Até 31 de dezembro de 2017 as aquisições totalizavam R\$ 83.942, sendo R\$ 31.001 com prazo entre 270 e 360 dias que foram cedidas por nossos fornecedores (junto às instituições financeiras) com taxas entre 0,99% a.m. e 0,68% a.m., sendo o último vencimento a pagar em 03/09/2018. As demais aquisições totalizavam R\$ 52.941 com prazo médio de pagamento de 90 dias. (Em dezembro de 2016 – R\$ 17.901)

#### 4.14 – Tributos a recolher e tributos a recolher sobre o lucro

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Tributos a recolher</b>		
ICMS (Impostos s/ circulação de mercadorias e serviços)	772	1.585
IRRF (Imposto de renda retido na fonte)	1.681	2.050
PIS, COFINS	-	1.314
ISS (Imposto s/ serviços)	1.686	2.004
	<u>4.139</u>	<u>6.953</u>
<b>Tributos a recolher sobre lucro</b>		
IRPJ/CSLL (Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro)	-	544
	-	<u>544</u>
	<u>4.139</u>	<u>7.497</u>

#### 4.15 – Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Obrigações Trabalhistas</b>		
Salários e encargos	5.267	4.805
Provisão para férias e 13º salário	2.590	1.788
Benefícios trabalhistas	618	518
Participação nos resultados	5.993	-
	<u>14.468</u>	<u>7.111</u>

#### 4.16 - Dividendos propostos

Conforme o ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, os dividendos devem ser reconhecidos como passivo, somente se atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. Sendo assim, os dividendos que forem declarados pela assembleia geral, ou outro órgão competente, de acordo com as formalidades previstas no estatuto social, ou equivalente, antes da data-base das demonstrações financeiras atendem aos requisitos de obrigação presente e, portanto, se não pagos, devem figurar no passivo da entidade como obrigação.

Dividendos são reconhecidos como passivo no momento em que são aprovados pelos acionistas da Companhia. Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo de 25% sobre os lucros auferidos, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que esta reserva atinja 20% do capital social. A destinação do eventual saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário proposto pela diretoria será submetido à deliberação da Assembleia Geral.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido do exercício	248.719	161.975
Reserva legal - 5%	(12.436)	(8.099)
Reserva de incentivo fiscal	(51.898)	(34.439)
Base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório	184.385	119.437
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	(46.096)	(29.859)
Dividendos adicionais 2015	-	(107.159)
Parcela dividendos adicionais pagos em 2016	-	50.000
<b>Dividendos propostos a pagar</b>	<u>(46.096)</u>	<u>(87.018)</u>

#### 4.17 – Antecipações de clientes e demais passivos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Circulante</b>		
Adiantamento de clientes	43	31
<b>Total de antecipações de clientes</b>	<b>43</b>	<b>31</b>
Seguro responsabilidade civil	42	47
Seguro risco operacional	122	140
Seguro frota	52	10
<b>Total de demais passivos</b>	<b>216</b>	<b>197</b>

#### 4.18 – Subconcessão a pagar

A Companhia celebrou, em 20 de dezembro de 2007, com a VALEC - Engenharia Construções e Ferrovias S.A., contrato de subconcessão com arrendamento para exploração do transporte ferroviário de carga no trecho entre Açailândia (MA) e Palmas (TO).

De acordo com este contrato, o pagamento da subconcessão ocorreria em três etapas, sendo a primeira equivalente a 50% do valor da subconcessão, liquidada após a assinatura do contrato. A segunda parcela de 25% paga em 4 de maio de 2009. A terceira parcela do pagamento prevista para dezembro de 2009 foi inicialmente postergada para abril de 2010, condicionada ao recebimento do trecho final da ferrovia a ser disponibilizado pelo Governo Federal, atualizada pela variação do IGP-DI acrescido de 12% ao ano, aplicados até abril de 2010. Em dezembro de 2010, com assinatura do segundo termo aditivo ao contrato da subconcessão, foi liquidado 80% do valor da terceira parcela e condicionada a liberação dos 20% restante à correção das pendências existentes na ferrovia. O valor atualizado pelo IGP-DI dessa parcela de 20% em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 171.690 (31 de dezembro de 2016 - R\$ 172.161). Este valor será suportado por aporte a ser efetuado pela Controladora.

Em 08 de março de 2013 a Companhia celebrou com a VALEC- Engenharia Construções e Ferrovias S.A. um Termo de Certificação de Reconhecimento Amigável de Obrigações do contrato assinado em 20 de dezembro de 2007, onde a VALEC se compromete a autorizar a compensação do valor devido pela Companhia com a realização de obras suspensas e regularização de passivos ambientais que outrora eram de sua responsabilidade e ficaram pendentes quando da entrega dos trechos que compõe a Ferrovia Norte Sul. Entretanto, a compensação poderá ser realizada apenas caso haja autorização prévia dos órgãos competentes.

Na mesma data, a Companhia celebrou junto ao IBAMA- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, a VALEC- Engenharia Construções e Ferrovias S.A e a Vale S.A, um Termo de Compromisso, no qual a Companhia se obriga a apresentar levantamento atualizado dos passivos ambientais existentes nos trechos em operação da ferrovia e a apresentar Plano de Trabalho perante o IBAMA, em conjunto com a VALEC e a Vale S.A para a solução das pendências relativas às Licenças Ambientais e as intervenções decorrentes de passivos ambientais.

## 4.19 - Patrimônio Líquido

### a) Capital social

Em 29 de dezembro de 2015, a VLI S.A. transferiu integralmente para a VLI Multimodal a sua participação societária de 20,88% sobre o patrimônio líquido da Ferrovia Norte Sul S.A, correspondente a 357.565.023 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A transferência das ações foi avaliada e aprovada com base no laudo contábil, emitido por empresa especializada, elaborado com base no acervo contábil da Ferrovia Norte Sul S.A. de 31 de dezembro de 2014.

Em 25 de janeiro de 2016, houve um aumento de capital pela capitalização do incentivo fiscal, cerca de R\$ 1.652, sem que houvesse a emissão de novas ações. Já em 07 de abril de 2016, foi realizado aumento de capital, via capitalização de AFAC, no valor de R\$ 112.766.

Com esta transferência, a partir desta data a VLI Multimodal passou a deter 100% de participação sobre o patrimônio líquido da Ferrovia Norte Sul S.A.

Em 15 de novembro de 2017, houve um aumento de capital pela capitalização do incentivo fiscal, cerca de R\$ 2.241, sem que houvesse a emissão de novas ações. Nesta mesma data, 15 de novembro de 2017, foi realizado aumento de capital, via capitalização de AFAC, no valor de R\$ 30.000, mediante a emissão de 23.811.269 novas ações normativas sem valor nominal e totalmente integralizadas pela acionista da Companhia, a VLI Multimodal S.A.

Acionistas	Ações Ordinárias	% Participação
VLI Multimodal S.A.	1.835.966.791	100,00%
<b>Totais</b>	<b>1.835.966.791</b>	<b>100,00%</b>

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social da empresa é de R\$1.859.134, correspondente a 1.835.967 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (em 31 de dezembro de 2016, R\$1.826.893, correspondente a 1.812.155.522 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal).

### b) Reservas de lucros

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido do exercício, de acordo com os termos da Lei das Sociedades Anônimas.

A reserva de expansão é destinada a cobrir o orçamento de capital tendo sido constituída com a finalidade de financiar os investimentos da Companhia, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou aplicação em projetos de benfeitoria em propriedades de subconcessão.

A reserva de incentivos fiscais recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório. O valor reconhecido em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 51.898. (Em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 34.439)

### c) Dividendos

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Os dividendos são reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte.

#### d) Lucro líquido básico e diluído por ação

O lucro líquido básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias apuradas no exercício. Não há qualquer efeito de diluição no cálculo do lucro líquido por ação.

	<u>31/12/2017</u>
<b>Cálculo da média ponderada de ações</b>	
(1.812.155.522 x 10/12) + (1.835.966.791 x 2/12)	1.816.124.067
Lucro Líquido do exercício	248.719
Ações em 31 de dezembro	1.816.124.067
Lucro líquido básico diluído por lote de mil ações R\$	136,95
	<u>31/12/2016</u>
<b>Cálculo da média ponderada de ações</b>	
(1.712.476.162 x 4/12) + (1.812.155.522 x 8/12)	1.778.929.069
Lucro Líquido do exercício	161.975
Ações em 31 de dezembro	1.778.929.069
Lucro líquido básico diluído por lote de mil ações R\$	91,05

#### 4.20 - Receita líquida dos serviços prestados

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Receita bruta</b>		
Receita de transporte ferroviário	378.212	306.982
Receita de estadia de vagões	1.053	186
Receita de aluguel de locomotivas	18.205	17.158
Receita de serviços acessórios	317.039	166.903
	<u>714.509</u>	<u>491.229</u>
<b>Impostos sobre serviços</b>		
ICMS	(18.379)	(13.483)
PIS	(2.639)	(5.151)
COFINS	(12.155)	(23.582)
	<u>(33.173)</u>	<u>(42.216)</u>
	<u>681.336</u>	<u>449.013</u>
<b>Descontos</b>		
Descontos concedidos	(171)	(281)
<b>Receita líquida dos serviços prestados</b>	<u>681.165</u>	<u>448.732</u>

#### 4.21 - Custo dos serviços prestados

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Partilha de frete	(97.958)	(56.570)
Depreciação	(97.673)	(91.232)
Pessoal	(62.014)	(44.772)
Combustíveis	(49.115)	(34.994)
Serviços contratados	(31.722)	(22.616)
Alugueis	(29.180)	(18.682)
Material	(15.028)	(8.400)
Seguros	(4.445)	(4.893)
Utilities	(4.242)	(3.216)
Viagens	(4.025)	(3.618)
Serviços transportes ferroviários/portuários	(1.179)	-
Tributos e taxas	(226)	(172)
Outros	(69)	(3.447)
	<u>(396.876)</u>	<u>(292.612)</u>

## 4.22 - Receitas (despesas) operacionais

### a) Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Compartilhamento de despesas	(19.804)	(12.762)
Pessoal	(593)	(573)
Tributos e taxas	(237)	(241)
Serviços contratados	(149)	(280)
Depreciação	(6)	(6)
Alugueis	(4)	(10)
Seguros	-	(6)
Utilities	(3)	(8)
Viagens	(90)	(69)
	<u>(20.886)</u>	<u>(13.955)</u>

### b) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Outras receitas operacionais</b>		
Venda de materiais	186	2.204
Venda de ativos	-	8.500
Recuperação de despesas (a)	22.379	7
Exploração da faixa de domínio	34	24
Bônus/multas contratuais	22.945	42.385
Indenizações de clientes	1.903	-
Outros	5	808
	<u>47.452</u>	<u>53.928</u>
<b>Outras despesas operacionais</b>		
Tributárias	(2.537)	(4.400)
Baixa de ativos	(1.071)	(737)
Perda de recebíveis	-	(955)
Pesquisa e desenvolvimento	(159)	-
Multas contratuais	(6.477)	-
Outras operacionais	(5.891)	(6.951)
Processos judiciais	(5)	-
Indenizações	(7.887)	(277)
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(766)	544
Provisão para processos judiciais	(53)	1.882
	<u>(24.846)</u>	<u>(10.894)</u>
<b>Outras receitas operacionais, líquidas</b>	<u>22.606</u>	<u>43.034</u>

(a) A Companhia identificou créditos fiscais provenientes dos pagamentos feitos a maior de PIS e COFINS, durante os períodos de 2011 a 2016, decorrente das entradas fiscais de materiais e insumos necessários a sua atividade preponderante. Os registros foram feitos nas rubricas tributos a recuperar e outras receitas operacionais no montante de R\$ 19,1 milhões.

## 4.23 - Resultado financeiro

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Aplicação mercado financeiro	11.328	4.565
Juros, taxa e multas de mora	869	375
	<u>12.197</u>	<u>4.940</u>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Despesas com IOF	(121)	(1)
Encargos sobre cessão de créditos	-	(744)
Encargos por atraso	(82)	(49)
Despesas com Pis/Cofins sobre receitas financeiras	(546)	(471)
Despesas com comissão de fiança	-	(180)
Juros, taxas e multas	(444)	(523)
Ajuste a valor presente	(1.737)	-
Outras despesas financeiras	(239)	(309)
	<u>(3.169)</u>	<u>(2.277)</u>
<b>Receitas (despesas) com variação monetária e cambial</b>	<u>(527)</u>	1.435
	<u>(527)</u>	<u>1.435</u>
<b>Resultado financeiro</b>	<u>8.501</u>	<u>4.098</u>

## 4.24 – Imposto de renda e contribuição social

### a) Tributos diferidos sobre lucro

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Imposto de renda diferido</b>		
Provisão para devedores duvidosos	327	193
Provisão para processos judiciais	7	-
Outras provisões	1.544	48
	<u>1.878</u>	<u>241</u>
<b>Contribuição social diferida</b>		
Provisão para devedores duvidosos	118	69
Provisão para processos judiciais	2	-
Outras provisões	555	38
	<u>675</u>	<u>107</u>
<b>Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos</b>	<u>2.553</u>	<u>348</u>

A expectativa de realização dos créditos relativos às adições temporárias, ocorrerá da seguinte forma:

<b>ANO</b>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
2017	-	348
2018	2.553	-
	<u>2.553</u>	<u>348</u>

## b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	31/12/2017		31/12/2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação	294.510	294.510	189.297	189.297
<b>Adições (exclusões) permanentes:</b>				
Despesas não dedutíveis	3.552	3.552	964	964
Multas não dedutíveis	1	1	132	132
Outras	2.123	2.123	81	81
<b>Adições (exclusões) temporárias:</b>				
Constituição (reversão) de provisão para processos judiciais, líquida	53	53	(1.882)	(1.882)
Constituição (reversão) de participação nos resultados, líquida	5.993	5.993	(5.744)	(5.744)
Constituição de perdas de créditos, líquida	947	947	(544)	(544)
Constituição (reversão) de outras provisões, líquida	(98)	(98)	(1.548)	(1.548)
Lucro real	307.081	307.081	180.756	180.756
Imposto de renda e contribuição social - (IRPJ - 25% e CSLL 9%)	<b>(76.747)</b>	<b>(27.637)</b>	<b>(45.165)</b>	<b>(16.268)</b>
Programa de alimentação do trabalhador (PAT)	4.490	-	830	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	<b>(72.257)</b>	<b>(27.637)</b>	<b>(44.335)</b>	<b>(16.268)</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.621	584	(851)	(307)
Incentivos Fiscais	51.898	-	34.439	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	<b>(18.738)</b>	<b>(27.053)</b>	<b>(10.747)</b>	<b>(16.575)</b>
Alíquota efetiva total	6,36%	9,19%	5,68%	8,76%

## c) Incentivos fiscais - subvenção para investimentos

A Companhia é beneficiada por incentivos fiscais do imposto de renda sobre as receitas auferidas nos transportes ferroviários de carga geral efetuados a partir dos Estados do Maranhão e do Tocantins. Os Incentivos foram concedidos pelas Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE até dezembro de 2018 e de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM até dezembro de 2026 e consistem no direito à redução de 75% do Imposto sobre a Renda e adicionais não-reatribuíveis calculados sobre o lucro da exploração.

Abaixo a composição por unidades dos incentivos fiscais:

Unidades FNS	Percentual	31/12/2017	31/12/2016
		Valor R\$ (mil)	Valor R\$ (mil)
SUDAM (TO)	55,04%	28.567	15.487
SUDENE (MA)	44,96%	23.331	18.952
<b>Total</b>		<b>51.898</b>	<b>34.439</b>

## 4.25 - Informações por segmento de negócios

Considerando que os segmentos operacionais de suas atividades apresentam características econômicas e financeiras similares, e visando a adequada avaliação dos efeitos financeiros e dos ambientes econômicos e regulatórios onde atua, a administração da Companhia toma suas decisões e avalia regularmente o desempenho de seus produtos e serviços a partir do agrupamento de suas atividades em um único segmento.

A unificação dos segmentos foi validada com base nos seguintes aspectos: i) a geração de caixa de suas atividades é decorrente das atividades de prestação de serviços de transportes de cargas e; ii) a metodologia aplicada na prestação de serviços de transportes de cargas é idêntica para todos os clientes, independentemente da categoria.



## 4.26 - Coberturas de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices do tipo *All Risks*. Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados para cobrir eventuais sinistros são:

Modalidade	Cobertura	Valores em milhares
Responsabilidade Civil Geral	All Risk	R\$ 25.000
Riscos Operacionais	All Risk	R\$ 300.000
Transporte Internacional Importação	All Risk	USD 8.000
Resp. Civil do Transp. Ferroviário - RCTF-C	All Risk	R\$ 20.000 por evento R\$200 para container
Frota de automóvel	All Risk	R\$ 200
Vida em Grupo	Empregados, Cônjuges e Filhos Estagiários	24 x Salário Base R\$ 13

## 4.27 - Benefícios a empregados

### 4.27.1- Incentivos de Longo Prazo

O programa de incentivos de longo prazo para os executivos das empresas do Grupo VLI tem como principal intuito aumentar a capacidade de atração e retenção dos nossos executivos. A duração do programa (ciclo) é de três anos, sendo que o último iniciou-se em março de 2014, podendo ser estendido por um período de mais três anos, se o executivo optar por aguardar pela valorização da empresa neste período.

A implementação deste programa não obriga a FNS a realizá-lo nos próximos anos, ou em qualquer outro formato semelhante, ficando reservada à Companhia a prerrogativa de analisar e decidir pela eventual implementação de premiações iguais ou semelhantes no futuro.

O executivo, ao aderir o programa, deverá escolher o percentual da sua bonificação a ser investido e o nível de investimento desejado. O valor da opção do empregado e a contrapartida da empresa, em número de salários, serão transformados em UVVs. A valoração se dará a partir do crescimento do plano de negócios da FNS S.A.. A mensuração do valor da UVV se dará sempre ao final de cada ciclo contábil, considerando o período de validade do plano.

Durante o período de vigência do ciclo, os participantes não incorrerão em nenhuma despesa de administração.

Em 31 de dezembro de 2017 os incentivos de longo prazo totalizaram o valor de R\$ 3.895 (em 31 de dezembro de 2016 R\$ 2.006).

### 4.27.2- Planos de Previdência Privada

#### Plano de Benefício – FNS

Foi elaborado tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da Previdência Complementar de benefícios programáveis, que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios da Previdência Social. Contempla também o Benefício Diferido por Desligamento (“Vesting”), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam necessárias contribuições futuras, além dos chamados benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).

Outra vantagem prevista pelo plano é que este permite, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos.

A Companhia, sua controladora e outras empresas do Grupo VLI são patrocinadoras da VALIA.

#### a) Contribuições

As despesas relacionadas às contribuições plano de contribuição definida Vale Mais, no período findo em 31 de dezembro de 2017, totalizaram R\$ 592 (Em 31 de dezembro de 2016 - R\$ 496).

A FNS não registrou em seu balanço patrimonial nenhum ativo decorrente de avaliações atuariais anteriores, por não haver, claramente, evidência de probabilidade de sua realização.

A FNS é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA.

As contribuições da Companhia para o Plano de Benefícios FNS são como segue:

- Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, é idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano.

- Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.

- Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.

- Contribuição Especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

#### b) Principais premissas atuariais

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Reconciliação do valor líquido de passivo (ativo)</b>		
1. Valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido no final do ano anterior	(2.543)	(1.846)
2. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	(209)	(127)
3. Resultado obrigação do Benefício Definido	(2.596)	(27)
4. Contribuição patrocinadora/pago pela empresa	(540)	(543)
5. Contribuição de Participante	-	-
6. Valor líquido do passivo / (ativo) no final do ano	<u>(5.888)</u>	<u>(2.543)</u>
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Principais premissas atuariais</b>		
Média Ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido		
1. Taxa nominal de desconto	9,64%	12,15%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	6,34%	8,12%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	4,25%	6,00%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	4,25%	6,00%
Média ponderada de premissas para determinar o custo / (receita) do benefício definido		
1. Taxa nominal de desconto	12,26%	11,13%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	8,12%	8,12%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	6,00%	6,00%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	6,00%	6,00%
5. Tábua de mortalidade	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic
Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos		
1. Aposentadoria hoje (idade atual 65 anos)	19,5457	20,4468
2. Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 40 anos)	41,5925	20,4468

## **4.28 - Gestão de riscos financeiros**

### **Estimativa de valor justo**

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 eram caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores, subconcessão a pagar e passivos com partes relacionadas, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a Companhia não possuía instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo nível 1 e 3.

### **Informações (inputs) de Nível 1**

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

### **Informações (inputs) de Nível 2**

Informações (inputs) que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

### **Informações (inputs) de Nível 3**

Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

### **Abordagem de mercado**

Técnica de avaliação que utiliza preços e outras informações relevantes geradas por transações de mercado envolvendo ativos, passivos ou grupo de ativos e passivos idênticos ou comparáveis (ou seja, similares), como, por exemplo, um negócio.

### **Fatores de riscos financeiros**

As atividades da FNS a expõe a riscos financeiros de mercado (incluindo o risco de preço e risco de taxa de juros de fluxo de caixa) risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão de risco é efetuada de forma centralizada no contexto do Grupo VLI.

### **Riscos de Mercado**

#### **Riscos de preço**

Considerando a natureza dos negócios e operações da FNS, os principais fatores de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são preços de produtos, insumos e outros custos.

O aumento dos custos de insumos, como por exemplo, o óleo diesel (principal insumo), levaria a um aumento do frete ferroviário, e poderia deixar os produtos agrícolas em desvantagem no mercado externo refletindo diretamente nos resultados da Companhia.

## Riscos do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Exceto pela Subconcessão a pagar (Nota 4.18), não há ativos e passivos significativos com incidência de juros. O resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

### Análise de Sensibilidade

#### a) Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

Análise de sensibilidade elaborada sobre receita financeira gerada por investimentos, rentabilizados pelo indexador CDI.

O cenário I considera uma diminuição de 10% sobre a taxa de juros média aplicável à parte fluante do rendimento atual. Os cenários II e III foram calculados com deterioração de 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2017.

31/12/2017				
Indexador	Taxas do final do exercício (i)	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	6,89%	6,20%	5,51%	4,48%

(i) Taxa em 31/12/2017.

31/12/2017				
	31/12/2017	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Receita Financeira	11.328	10.195	9.062	7.363

#### b) Riscos de créditos

Os riscos de créditos são administrados corporativamente. Os riscos de créditos são decorrentes de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga geral. O principal fator de risco de crédito que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes.

Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como um sistema que permite o bloqueio automático de vendas a clientes acima do limite estabelecido e com atrasos nos pagamentos de suas faturas. Deve-se destacar que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresentam concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber de clientes com conseqüente minimização de perdas individuais. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

O valor limite para aplicações financeiras em cada instituição financeira será determinado em função do *rating* e patrimônio líquido. Os limites são definidos conforme política financeira consolidada do Grupo VLI, sendo conforme tabela abaixo:

## Limite Máximo Consolidado - Brasil e Exterior

<b>Rating Mínimo da Instituição de acordo com Agências S&amp;P ou Fitch (1)</b>	<b>Patrimônio Líquido da instituição (2)</b>	<b>Disponível de Caixa (3)</b>
brAA	10%	45%
brAA-	10%	30%
brA	5%	20%
brA-	5%	5%

- Os limites das colunas (2) e (3) devem ser atendidos simultaneamente.
- A coluna (3) indica o percentual máximo de concentração em única instituição financeira.

### c) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O acompanhamento da política de gestão dos ativos e passivos financeiros da Companhia é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A administração desses recursos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política envolve uma análise criteriosa das contrapartes da Companhia por meio da análise das demonstrações financeiras, patrimônio líquido e “rating” visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar o risco de liquidez.

Os principais passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 possuem vencimento no curto prazo (menos de 12 meses).

### d) Risco operacional

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro 2016 estão relacionados abaixo, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização e valor justo.

	Valor contábil		Valor justo		Hierarquia
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
<b>Ativo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	90.650	8.935	90.650	8.935	Nível 2
Contas a receber de terceiros	334.639	334.622	334.639	334.622	Nível 2
Contas a receber de partes relacionadas	1.093	7.464	1.093	7.464	Nível 2
Outros ativos financeiros	444	-	444	-	Nível 2
	<b>426.826</b>	<b>351.021</b>	<b>426.826</b>	<b>351.021</b>	
<b>Passivo</b>					
Fornecedores terceiros	62.822	72.564	62.822	72.564	Nível 2
Contas a pagar	83.943	17.901	83.943	17.901	Nível 2
Fornecedores de partes relacionadas	7.374	4.559	7.374	4.559	Nível 2
Subconcessão a pagar	171.690	172.161	171.690	172.161	Nível 2
	<b>325.829</b>	<b>267.185</b>	<b>325.829</b>	<b>267.185</b>	

## Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A gestão de capital da Companhia é realizada no contexto do Grupo VLI. A origem de recursos se baseia em capital próprio, não havendo a captação de recursos de terceiros.

O passivo, líquido de caixa e equivalentes de caixa, em relação ao patrimônio líquido no final do período é apresentado a seguir. O indicador atual demonstra que as atividades são mantidas preponderantemente com os recursos provenientes de seus acionistas.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Total passivo	394.738	371.045
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(90.650)</u>	<u>(8.935)</u>
	<b>304.088</b>	<b>362.110</b>
Patrimônio líquido	<u>2.252.712</u>	<u>2.100.089</u>
	<b>13,50%</b>	<b>17,24%</b>

## **5 - Declaração de revisão das Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes pelos Diretores**

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores da Ferrovia Norte Sul S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. dos Portugueses S/N, Prédio DILN, 1º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.257.877/0001-37 ("FNS"), para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 ("INSTRUÇÃO"), declaram que:

- reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da FNS relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, e
- reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da KPMG Auditores Independentes, relativamente as demonstrações financeiras da FNS referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.